

Despesas com segurança pública e privada atingiram R\$ 124,05 bilhões em 2017: gastos ou investimentos?

Como um setor econômico, a vigilância privada precisa de regras claras, transparência nas relações institucionais e mecanismos eficientes de fiscalização. O Poder Público deve vê-la como parceira na melhoria das condições da segurança pública e aproveitar as sinergias possíveis

Em 2017, justamente no ano em que os índices criminais bateram recordes e alcançaram a marca trágica de 64.078 mortes violentas intencionais, de acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, as despesas com segurança pública, realizadas pela União, pelo Distrito Federal, pelos estados e pelos municípios, totalizaram R\$ 84,75 bilhões (em valores de 2017). Elas representaram 1,29% do PIB naquele ano.

Já a receita operacional líquida das empresas de vigilância privada, que o *Fonte Segura* traz a partir da Pesquisa Anual de Serviços – PAS, realizada pelo IBGE, atingiu cerca de R\$ 39,3 bilhões, ou 0,6% do PIB. Somadas, temos em 2017 despesas da ordem de R\$ 124,05 bilhões, equivalentes a 1,89% do PIB brasileiro naquele ano.

Dadas as especificidades e características das carreiras, não são profissões diretamente compatíveis ou comparáveis. Mas, para efeitos de análise setorial, vale considerar que, em termos globais, o Brasil contava com 1.260.695 policiais, guardas municipais e vigilantes em 2017. Desses, 52,3% do pessoal ocupado no setor é com atividades de vigilância privada.

Dito em outras palavras, não é possível falar de segurança pública sem falar de gestão e modernização das polícias, mas também é necessário falar em como revisar os marcos regulatórios e fiscalizatórios do setor de segurança privada. Enquanto uma massa tão grande de pessoal ocupado, sem contar um número não mensurado de clandestinos e ilegais, estiver nas brechas do sistema, as chances de ruídos, fricções e, até mesmo, casos de corrupção e envolvimento com criminalidade aumentam exponencialmente – basta ver as crescentes denúncias de expansão de áreas controladas pelas milícias, com venda de serviços de proteção e segurança.

Como um setor econômico, a vigilância privada precisa de regras claras, transparência nas relações institucionais e mecanismos eficientes de fiscalização. O Poder Público deve vê-la como parceira na melhoria das condições da segurança pública e aproveitar as sinergias possíveis. É isso que vai nos permitir avaliar se as despesas efetuadas terão sido feitas em vão ou se puderam contribuir para as recentes quedas dos homicídios e, portanto, se são investimentos que o país agora colhe os bons resultados.

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-uh4un-yorf2-bcmtm-fbp8m>

